

3 - MAR 1995

ESTADO DE SÃO PAULO

Enfim, descobriram a educação



Premidos pela miséria, pais obrigam filhos a abandonar a escola e trabalhar

Depois de quase cinco séculos, finalmente os homens públicos no Brasil estão começando a compreender o valor socioeconômico da educação. Pode parecer exagero vir de tão longe — desde os primeiros obtusos donatários das capitâncias até hoje — essa incapacidade de os homens do poder no Brasil entenderem a importância da instrução como instrumento insubstituível para melhoria orgânica, e não apenas epidémica, das condições de vida e de cidadania do homem brasileiro. Nesse andar dos séculos, houve até um imperador que se proclamava “amigo da instrução”. Apesar disso, por falta de objetividade no estabelecer consequências concretas para essa “amizade”, o ilustre Bragança (Pedro II) que mandou de fato por 49 anos na vida pública brasileira, ao ser deposto, deixou seu país com 90% de analfabetos. E eram apenas 12 milhões de brasileiros.

Depois de Pedro II, já na República, um homem de grande ilustração, ao se preparar para o quadriênio para que fora eleito, Campos Sales, enviou ao Congresso sua plataforma (plano) de governo, sem nela

mencionar uma vez sequer a palavra instrução ou educação.

E outros se seguiram ao longo do tempo: o narcisista Artur Bernardes, obcecado pela “estabilidade cambial”, o doutor Washington Luís, que pensou muito em estradas, apesar de construir raras; e o corticento doutor Getúlio, preocupado em assegurar condições para tornar inafundável seu obcecante continuísmo, e que nada fez ou pensou de grande ou sério na área de educação, nos infundáveis 15 anos em que assentou seus gordurosos fundilhos sobre a Nação.

Ficou famosa em décadas recentes a publicação de lista categorizando os funcionários de importante município paulista, bem próximo da Capital, e na qual vinha em 26º lugar o cargo de professor municipal, abaixo da categoria dos lixeiros e dos coveiros daquela comuna. E é este o tipo de reconhecimento que, de certa forma, prevalece Brasil afora, em Estados e municípios.

Parece que a esse respeito todos os dirigentes se justificam com a situação escandalosa que um recente presidente peruano, Allán García, encontrou em sua nação: 600 gerentes da Petroperu (a Petrobrás de lá)

ganhavam mais que os 100 mil professores do país, reunidos. Situação que deve correr parelha com a nossa, já que aqui os marajás da “intocável”, montados em vários tipos de privilégios e gratificações, também esbanjam prosperidade e opulência nababescas.

Agora, felizmente o País está em plena lua-de-mel com o tema educação. Falam dela séria e competentemente o presidente e o ministro da pasta. Até mesmo alguns deputados deixam suas cogitações para elaboração de novos benefícios pessoais e arriscam promessa de comparecimento para votar as leis que forem necessárias a fim de montar um eficiente mecanismo educacional no País.

Esse mecanismo, porém, jamais terá a eficiência desejada se não levar em conta a mais dura das barreiras que enfrenta a educação da infância brasileira: a monolítica, pétreia e também multissecular massa de pais analfabetos. São esses pais que, impelidos por suas trágicas necessidades, provocam as altíssimas taxas de evasão escolar que o IBGE acusa. Premidos por suas condições de miséria (já de si oriundas de seu próprio analfabetismo), eles obrigam os filhos a partir dos 9 ou 10 anos de idade a abandonar a escola, a fim de se integrarem ao multirão do orçamento familiar. Não há doutrinação ou

apelos de professores e diretores de escola que os façam abrir mão

da “renda” adicional que lhes vem dos biscoates infantis (um salário mínimo mensal, informa o IBGE).

Só duas medidas práticas podem resolver isso de modo “politicamente correto”: a instituição do cestão familiar (uma cesta básica que as escolas entreguem às mães a cada quinzena), em troca da freqüência de seus filhos às aulas; e a criação do juizado (de menores) escolar. Com força para pegar pela orelha os titulares do pátrio poder que, mesmo com o cestão familiar, ainda queriam forçar os filhos a se ausentarem das aulas.

Sem a ajuda imprescindível do “cestão” e sem o poder de coerção atribuído ao juiz escolar, continuaremos um país de periferia em matéria de educação. E todas as Coréias e Cingapuras disparando à nossa frente.

■ *Emil Farhat, jornalista e escritor, é autor do livro Educação, a Nova Ideologia*

Correção

No artigo *Anne Frank e os brasileiros excluídos*, de frei Betto (19/3), no terceiro parágrafo, a frase correta é: “Os dados da CNBB merecem divulgação: de 12,1 milhões de aposentados e pensionistas existentes em 1989, passou-se para 14,4 milhões em outubro de 1993, aumentando 19% em apenas 46 meses — todos excluídos do recente aumento de salário que Legislativo e Executivo concederam a si próprios.”